



Academic  
INTERNATIONAL WORKSHOP  
ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION



"CLEANER PRODUCTION TOWARDS A SUSTAINABLE TRANSITION"

**DESAFIOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
INTERMUNICIPAIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS  
SÓLIDOS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO NOS  
CONSÓRCIOS PÚBLICOS VALE DO SANTA  
TEREZA – CONVale e VALE DO SERRA  
DOURADA – VALECon**

**Autores: Lara Fernandes Martins  
Simone Gonçalves Sales Assunção  
Victor Ferreira de Sousa Aguiar**

# 1 INTRODUÇÃO

---

- A situação atual do Brasil;
- Criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (BRASIL, 2010);
- Repasse de recursos a partir de agosto de 2012 (MMA, 2012);
- Dispensa da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (BRASIL, 2010);

## 2 OBJETIVOS

---

Verificar os principais desafios da elaboração e implementação de planos de resíduos sólidos, tomando como estudo de caso dois consórcios públicos:

ConVALE e VALECon

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### Realidade atual

- Municípios que utilizam o aterro sanitário passou de 17,3% em 2000 para 27,7% em 2008 (IBGE, 2008);
- No Brasil, 2.906 municípios de um total de 5.564 destinam os resíduos sólidos para lixões (IPEA, 2012 *apud* WELLE, 2013);

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### Realidade atual

- 1.700 municípios ainda não concluíram o plano de gestão de resíduos sólidos (CNM, 2013 apud CALIXTO, 2013);
- A substituição de lixões por aterros sanitários pode chegar a custar R\$ 70 bilhões de reais (CNM, 2013);
- 90 % do lixo produzido são resíduos e 10% são rejeitos (CALIXTO, 2013);

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **Lei 11.107 de 2005.**

- Dispõe sobre a contratação de consórcios públicos;
- Os consórcios públicos podem ser multimodais ou multiutilitários, ou uni modais ou uni utilitários (ASSEMAE; FUNASA, 2014);
- A constituição de consórcios públicos através da prévia subscrição e ratificação do **protocolo de intenções** (BRASIL, 2005);

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **O protocolo de intenções:**

- denominação, finalidade, duração, indicação da sede do consórcio;
- identificação dos entes federados consorciados, área de atuação, tipo de constituição (pública ou privada);
- critérios de representação dos entes, normas para assembleia, número de votos para deliberação;

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

### ▪ O protocolo de intenções:

- previsão de que o representante legal deve ser Chefe do Poder Executivo de ente federado consorciado;
- a forma de eleição e a duração do mandato;
- formas de contratação de colaboradores e provimento de funcionários públicos, inclusive quantidade e remuneração;



# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **O protocolo de intenções.**

- previsão das competências transferidas ao consórcio, autorização para licitar ou autorizar prestação de serviços;

- critérios técnicos para cálculo de tarifas ou preços públicos;

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **O protocolo de intenções.**

- condição para celebração de contrato de gestão ou termo de parceria;

- definição dos direitos de qualquer município membro do consórcio exigir o cumprimento das cláusulas, desde que esteja adimplente com suas obrigações ;

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

---

## Marco legal

- **O protocolo de intenções:**
  - Elaborado o protocolo de intenções, o mesmo deverá ser publicado na imprensa oficial (BRASIL, 2005);
  - Tendo sido aprovado por todos os entes consorciados, o mesmo deverá ser ratificado (BRASIL, 2005);

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **Lei 11.445 de 2007**

- Estabelece diretrizes para todos os serviços e instalações relacionados a Saneamento Básico, portanto, para os serviços de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbano e manejo de resíduos sólidos.

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

---

## Marco legal

- **Lei 12.305 de 2010**

- Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

- Integra a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1999) e a Política Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2007);

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

- **Lei 12.305 de 2010 – Princípios Básicos**

- A prevenção e a precaução,
- O poluidor-pagador e o protetor-recebedor,
- Visão sistêmica das diversidades locais,
- Cooperação entre poder público, empresarial e social,

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

### ▪ Lei 12.305 de 2010 – Princípios Básicos

- Disposição final ambientalmente adequada,
- Responsabilidade compartilhada,
- Promoção da participação social,
- Eco eficiência,
- Reconhecimento do resíduo como bem de valor social.

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Marco legal

### ▪ Lei 12.305 de 2010 – Objetivos

- Proteção da saúde pública e qualidade ambiental,
- Não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos,
- O tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.



# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## A Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS

### ▪ Instrumentos da PNRS

- Os planos de resíduos sólidos,
- Os inventários e sistema declaratório anual de resíduos,
- A implementação da coleta seletiva,
- O monitoramento e a fiscalização ambiental,
- Desenvolvimento de pesquisas,

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### **A Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS**

- **Cooperações técnicas e financeiras**

- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR (MMA, 2012),
- Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – SINIMA (MMA, 2009) / Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA (BRASIL, 1969),
- Os órgãos municipais de controle dos resíduos sólidos urbanos,

# 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## Planos de Resíduos Sólidos

- Os planos de resíduos sólidos são cruciais para a implementação da PNRS (MMA, 2012),

- Nacional,
- Estadual,
- Microrregional e de regiões metropolitanas,
- Intermunicipal,
- Municipal e de gestão integrada
- Planos de Gerenciamento de Resíduos

# 3 METODOLOGIA

---

- 1º: pesquisa bibliográfica;
- 2º: definição da área de estudo – ConVale e VALECon;
- 3º: visita técnica, entrevistas e realização de curso de capacitação e aperfeiçoamento;
- 4º: obtenção dos resultados finais.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## **Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza – ConVALE**

- Localização: Região norte do estado de Goiás.
- Municípios consorciados: Formoso – GO, Montividiu do Norte – GO, Santa Tereza – GO e Trombas – GO.
- Tem sede no município de Formoso – GO.
- Fez cessão de uso de bem público para instalação da sede administrativa do consórcio.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza - ConVALE

- É um consórcio multimodal ou multiutilitário com interesse nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer agricultura, infraestrutura, meio ambiente, dentre outros, inclusive nos resíduos sólidos.
- O aterro sanitário será instalado no município de Trombas – GO.
- A maior distância entre municípios e o aterro é de 19 km.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza - ConVALE

Tab. 1. Dados sobre os municípios consorciados do ConVALE

VALE DO SANTA TEREZA			
Município	População Estimada 2013	Área (km <sup>2</sup> )	Prefeito
Santa Tereza de Goiás-GO	3.923	794,56	Mariza Pereira de Oliveira Costa
Formoso-GO	4.835	844,29	Massilon Lira de Vasconcelos
Trombas-GO	3.553	799,13	Catarino Jose da Silva
Montividiu do Norte-GO	4.325	1.332,99	Jurandir Amaral da Silva
Total	16.636	3.770,96	

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza - ConVALE

- Com apenas 4 meses de sua instalação oficial, conseguiu benfeitorias como aquisição de veículos, máquinas, caçambas, dentre outros, através de recursos repassados pela União.

- Está sendo instalado pela Petrobras, o “Portal do Caminhoneiro”, dotado de infraestrutura, comércio, pousadas.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza - ConVALE

-Com relação aos resíduos sólidos:

- O consórcio apresentou a FUNASA, proposta de assunção pelo consórcio, pelas responsabilidades técnicas e operacionais alusivas a construção do aterro sanitário, tendo em vista que o município de Trombas – GO, era o único que havia iniciado a obra do mesmo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Consórcio Intermunicipal Vale do Santa Tereza – ConVALE

- Com relação aos resíduos sólidos:
  - O município de Trombas – GO, terá que aprovar lei municipal visando a descentralização administrativa, por ato de outorga, para que o ConVALE atue como interveniente junto a FUNASA nessa questão.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## **Consórcio Intermunicipal Vale do Serra Dourada – VALECon**

- Localização: Região sudeste do estado de Tocantins.
- Municípios consorciados: Paranã – TO, São Salvador do Tocantins – TO, Jaú do Tocantins – TO e Palmeirópolis – TO.
- Tem sede no município de Paranã - TO.
- É um consórcio multimodal com interesses também em resíduos sólidos.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## Consórcio Intermunicipal Vale do Serra Dourada - VALECon

Tab. 2. Dados sobre os municípios consorciados do VALECon

VALE DO SERRA DOURADA			
Município	População Estimada 2013	Área (km <sup>2</sup> )	Prefeito
Paraná-TO	10.585	11.260,21	Edson Nunes Lustosa
Jaú do Tocantins-TO	3.698	2.173,04	Onassys Moreira Costa
Palmeirópolis-TO	7.600	1.703,94	Fábio Pereira Vaz
São Salvador-TO	3.030	1.422,00	Charles Evilacio Maciel Barbosa
Total	24.913	16.559,19	

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

---

### **Consórcio Intermunicipal Vale do Serra Dourada – VALECon**

- De acordo com o gestor do consórcio, Nicanor Sena, o Protocolo de Intenções foi ratificado, porém o mesmo não realizou as ações que se propôs, devido a impasses políticos/partidários.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## Principais dificuldades do CONVale e VALECon

- O objetivo inicial era a facilidade aos recursos da União.
- Os municípios menores desconfiavam que receberiam menos benfeitorias em relação aos municípios maiores.
- Algumas vezes há falta de interesse político.
- A distância entre os município gerou dificuldades em reunir os prefeitos, representantes e membros da assembleia geral.

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

## Principais dificuldades do CONVale e VALECon

- Desconfiança dos prefeitos de que o consórcio diminuiria seus poderes.
- Dificuldade em tornar o consórcio independente de influências políticas e partidárias.
- Os municípios não querem receber o aterro sanitário.
- Há grande participação e interesse social.
- Tem ciência do cumprimento da PNRS, porém a maioria dos processos não foram iniciados.

# 5 CONCLUSÕES

---

## Percepções

- Falta de tradição em constituir cooperativas.
- Falta de capacitação de gestores públicos e de profissionais.
- Dificuldade em dar continuidade na implementação da PNRS, com a ausência de consultoria.



# 5 CONCLUSÕES

## Soluções

- Investimento em formação de mão de obra qualificada.
- Investimento em consultoria em todas as fases de implementação dos consórcios públicos.
- Tornar modelo os projetos bem sucedidos, levando em consideração as especificidades locais.
- Incentivo a solidariedade regional.
- Educação ambiental

Lara Fernandes Martins  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás  
fernandesmlara@gmail.com

Dra. Simone Gonçalves Sales Assunção  
Universidade Federal de Goiás – UFG  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás  
si.salesassun@gmail.com